



Ato público contra corrupção simula ranário construído, com recursos da extinta Sudam, pela mulher de Jader

OAB e CNBB farão manifestações e vigília a favor da CPI da Corrupção

Juliano Basile

De Brasília

A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e entidades da sociedade civil, como a ONG Transparência Brasil e a Central Única dos Trabalhadores (CUT) estão programando um dia de manifestações a favor da abertura da CPI da Corrupção. A "Vigília Nacional" acontecerá em 13 de maio, em diversos estados, organizada pelas 27 seccionais da OAB.

O ato ocorrerá quatro dias depois de a oposição protocolar o pedido de abertura da CPI. O deputado José Roberto Batocchio (PDT-SP) confirmou que irá formalizar o pedido de abertura de CPI na Câmara no dia 9. Segundo ele, a Câmara conta com bem mais do que as 171 assinaturas necessárias para a CPI. O Senado

já contava com as 27 necessárias.

O presidente da OAB, Rubens Approbato, afirmou que a entidade pretende pressionar para que sejam investigadas as denúncias contra o presidente do Senado, Jader Barbalho (PMDB-PA), suspeito de desviar verbas do Banpará em 1984, quando governava aquele Estado. "Este é um processo político dentro do parlamento e o argumento de que houve prescrição (de que acabou o prazo judicial para haver punição) não será aceito", disse.

A OAB também está se preparando para enfrentar o governo na batalha jurídica pela CPI da Corrupção. O presidente da entidade encaminhou pedido de pareceres a renomados juristas, como Celso Antônio Bandeira de Melo, para derrubar a tese do governo de que a CPI é inconstitucional. O governo defende que, pela Constituição de 1988, toda

CPI tem de investigar objeto certo e determinado. Isso não aconteceria na CPI da Corrupção, que possui pelo menos 19 fatos.

"Quando a Constituição exige fatos determinados, respondemos ao dizer que queremos investigar a Sudam, a Sudene, as privatizações", justificou. "Ninguém disse que a CPI do Judiciário era genérica e, no entanto, havia 11 pedidos de investigação diferentes naquela comissão", completou o deputado.

Ontem, no centro do Rio, deputados estaduais do PT promoveram ato público com marionetes em formato de rãs e uma pessoa fantasiada de anfíbio. Houve uma consulta com duas enquetes populares: sobre o voto secreto e a medida a ser tomada contra senadores que violam o painel de votação eletrônica ou que, comprovadamente, cometem atos de corrupção.